

Brasil - Angola: estabelecimento das relações e início da política africana do Brasil (1975-1990) ¹

Kamilla R. Rizzi²

Introdução



presente artigo propõe esclarecer sob quais motivações e orientações as relações entre Brasil e Angola se estabeleceram historicamente, direcionando para o entendimento de que essas passaram a servir como base da nascente política africana brasileira. A política externa brasileira, não somente para Angola, mas para a África em geral, é um tema que tem ampliado sua exploração na academia brasileira, modificado também pela ampliação do lugar que o continente ocupa na agenda externa brasileira, notoriamente na primeira década do século XXI. A própria relação triangular Portugal-Brasil-África tem sua relevância retomada, pois como afirma Costa e Silva, não se pode “[...] escrever História do Brasil sem ter uma perspectiva de fora, uma perspectiva portuguesa e uma perspectiva africana”. (COSTA E SILVA, 2005, p. 54).

Assim, inserida no panorama de política externa brasileira – a qual comporta, entre outras diretrizes, o desenvolvimento, o multilateralismo, a solução pacíficas de conflitos, o regionalismo, cooperação, além das dimensões horizontal-vertical-diagonal –, encontra-se o conteúdo da chamada *política africana do Brasil*, viés da agenda externa brasileira para a África, conforme se verifica COSTA E SILVA, 1987, 1989, 2002 e 2003; ALBUQUERQUE, 2000; PENNA FILHO & LESSA, 2007; e VIZENTINI, 2007. Essa política africana é entendida a partir do conjunto de orientações brasileiras para o continente africano desde as descolonizações africanas (anos 1960 e 1970), identificadas a partir dos eixos do desenvolvimento, cooperação e horizontalidade.

Mesmo que, complementarmente, algumas discussões tem se direcionado para o questionamento da efetividade dessa política africana, argumentando-se sobre sua continuidade e oscilações em determinados momentos históricos (internos e internacionais), de fato entende-se, aqui, sua

¹ Este artigo é resultado parcial da dissertação de Mestrado defendida pela autora no Programa Interdisciplinar de Relações Internacionais da UFRGS, sob o título “Relações Brasil-Angola no pós-Guerra Fria (1990/2002): os condicionantes internos e a via multilateral”. Agradeço ao professor Paulo G.F. Vizentini pela orientação e incentivo.

² Mestre em Relações Internacionais/UFRGS. Pesquisadora Associada do NERINT-UFRGS

existência, efetividade e ampliação na década recente. Embora com momentos de menor intensidade, a política africana do Brasil sempre vislumbrou a percepção de médio e longo prazo das relações entre os dois lados do Oceano Atlântico, onde o interesse nacional evidencia-se em primeiro plano e se alia às demais diretrizes de ação externa do país.

A ligação histórico-cultural

A importância (e singularidade) das relações Brasil-Angola resulta do fato de o Brasil ter sido o primeiro país a reconhecer tanto a independência angolana quanto o governo do Movimento Popular pela Independência de Angola (MPLA), no ano de 1975. Entretanto, o Brasil sempre esteve historicamente ligado ao continente africano, especialmente no que se refere às colônias portuguesas naquele continente. O Brasil possui hoje, grande parte de sua população de origem africana, devido à escravidão.

O relacionamento entre Brasil e Angola remonta ao século XVI, quando ambos integravam o império português, com funções diferenciadas nos processos de exploração e de colonização. Com a fundação de Luanda, em 1575, os portugueses passaram a intensificar o aprisionamento e o tráfico de escravos, não somente em Angola, como também em todo o território africano. No âmbito das relações comerciais, nessa época, prevaleciam produtos como a cachaça e o tabaco brasileiros, trocados por escravos em Luanda e no interior angolano. A atuação da Coroa portuguesa pautava-se em assegurar, ao Brasil, a mão-de-obra necessária às plantações de cana-de-açúcar e tabaco, e às minas de ouro; o destino da colônia africana era suprir a demanda por escravos, fechando, desse modo, o ciclo da política colonial portuguesa. Menezes assim argumenta com relação à intermediação das elites portuguesas no processo de exploração das colônias:

Instaurou-se, assim, um verdadeiro processo de “dependência intermediada” no qual Angola e as demais colônias portuguesas eram condicionadas não apenas pelas decisões tomadas no espaço metropolitano original, mas, indiretamente, pelos capitais situados nos países imperialistas [...] e que exploravam seus recursos intermediados pelos monopólios portugueses. Constituíam-se, assim, uma dupla instância de dependência” uma submissão não a uma metrópole isoladamente (a “dependência colonial”), mas a dois estágios metropolitanos (o português e o dos países imperialistas hodiernos). (MENEZES, 2000, p. 33).

A independência do Brasil, em 1822, teve reflexos na Colônia de Angola. As relações triangulares que uniram Brasil e Angola, e estes dois a Portugal foram modificadas. A sociedade angolana se dividira entre grupos pró-independência, interessados na união angolana com o Brasil; e grupos pró-Portugal, que buscava manter a colônia como parte do império português. Entretanto, a Inglaterra, com o objetivo de garantir seus interesses comerciais no Brasil e, posteriormente, abolir a escravidão, procurou extinguir as conexões entre o Brasil e Angola. Martins afirma que a diplomacia inglesa via na extinção

do tráfico "... uma maneira de romper as ligações entre Brasil e Angola e evitar a formação de um Império Sul-Atlântico, sob o domínio brasileiro". (2002, p. 98).

Assim, a Inglaterra condicionou o almejado reconhecimento internacional da independência brasileira à questão das colônias portuguesas e ao fim do tráfico de escravos. Em 1825, o governo brasileiro assegurou, através de um Tratado, que não pretendia anexar nenhuma das colônias africanas de Portugal.

Nesse contexto, a política do Império do Brasil voltou-se a resolução dos problemas fronteiriços, quando os "... interesses brasileiros se deslocaram, com nitidez, do Oceano Atlântico para a Bacia do Prata e a política externa se regionaliza." (SILVA, 1989, p. 32).

Aliados a isto, já na segunda metade do século XIX, o fim do tráfico negreiro e as novas culturas agrícolas brasileiras, em especial com a introdução do café e da mão-de-obra imigrante, propiciaram mais de um século de interrupção das relações entre os dois países. Até a década de 1950, o Brasil privilegiou as relações com as potências colonizadoras na África, em detrimento dos contatos tanto com as colônias quanto com os países recém-independentes daquele continente. É no contexto do mundo pós-Segunda Guerra Mundial que os dois países restabelecem contato.

A luta armada pela independência de Angola (1956/1975)

O movimento pela independência de Angola coincidiu com o processo de descolonização afro-asiático, ocorrido na segunda metade do século XX. Os regimes autoritários, em Lisboa, de Antônio Salazar (1932 a 1968) e Marcelo Caetano (1968 a 1974), ambos defensores de posições colonialistas específicas, alegavam a ligação das colônias ultra marítimas ao Estado português. Na década de 1950, como forma de deter o processo da independência angolana, Portugal passou a incentivar a emigração rumo a Angola, ao mesmo tempo em que efetivou mudança da designação oficial de Colônia para Província Ultramarina de Portugal (1951), numa tentativa de manter seus domínios além-mar.

Dez anos depois, em 1961, o MPLA (Movimento Popular para a Libertação de Angola), que fora fundado por intelectuais urbanos, em 1956, e sob a liderança de Agostinho Neto, deu início a uma série de protestos contra o domínio português, exigindo a independência. Diante da recusa de Portugal em conceder autonomia a Angola e às demais colônias (enquanto outros domínios já se tornavam independentes, tanto na África quanto na Ásia), criou-se uma situação de rebelião nestas colônias. A repercussão desses eventos foi internacional, e ampliou-se a partir de 04 de fevereiro de 1961, quando as prisões portuguesas sediadas em Luanda foram atacadas com o objetivo de libertar os militantes do MPLA. Iniciava-se, nesse instante, a luta armada pela libertação nacional.

A União dos Povos de Angola (UPA), uma organização clandestina foi criada em 1958, mediante a fusão de grupos de resistência à dominação colonial, sob a liderança de Holden Roberto. Sua origem remota está na União das Populações do Norte de Angola (UPNA), uma organização sediada no norte do território angolano. Ela também era liderada por Holden Roberto, e estava identificada com a etnia *congo*.

No ano de 1962, a UPA e o Partido Democrático Angolano uniram-se para formar a FNLA (Frente Nacional para a Libertação de Angola), sob a liderança do mesmo Holden Roberto. Em 1966, a FNLA dividiu-se por motivos étnicos: no sul do território angolano, surgiu, em março desse mesmo ano, a UNITA (União para a Independência Total de Angola), sob a chefia de Jonas Savimbi.

Ao mesmo tempo em que Angola era destaque na mídia internacional, face ao impacto de sua situação interna, Portugal era alvo de crescente contestação por parte dessa mesma mídia, em especial, no circuito das Nações Unidas. Na tentativa de amenizar tais pressões, o Governo português levou a efeito, em Angola, no final de 1961, algumas medidas, tais como: incentivo da emigração portuguesa para a colônia; facilidade de acesso ao capital estrangeiro; e abolição do imposto indígena, com a instituição do imposto geral mínimo. Em 1973, Portugal elevou Angola e Moçambique à posição de Estados semi-autônomos.

O governo salazarista de Marcelo Caetano foi derrubado pela Revolução dos Cravos, em 25 de abril de 1974, que redemocratizou Portugal. No contexto das independências tardias, a que causou maior impacto internacional foi a de Angola (um país estrategicamente localizado ao centro da África Austral; com extensa faixa litorânea; rico em recursos minerais; e com minoria branca). Tal fato adquiriu a dimensão do conflito Leste-Oeste, mediante o envolvimento de aliados dos dois blocos (Cuba e África do Sul).

Os Acordos de Alvor, assinados em 15 de janeiro de 1975, entre o MPLA, a FNLA e a UNITA, criaram um Governo transitório quadripartite (sob a chefia de um Alto Comissário português); previa-se a independência de Angola para novembro do mesmo ano. Tais Acordos, ainda, reconheciam os três movimentos de libertação nacional como legítimos representantes do povo angolano. Desse modo, a eles caberia, exclusivamente, o direito de candidatar-se às eleições para a Assembléia Constituinte (Conforme Art. 41, do Acordo de Alvor, Alvor/Algarve, 15 de janeiro de 1975).

No entanto, esses Acordos logo foram descumpridos pelas FNLA e UNITA. Os Estados Unidos começaram a apoiar financeiramente, de forma clandestina, a FNLA de Holden Roberto; por sua vez, a União Soviética passou a enviar expressivos volumes de recursos ao MPLA. Em julho e agosto de 1975, Jonas Savimbi encontrou-se com representantes da CIA; a partir daí, a UNITA foi alvo da ajuda norte-americana (armas e pessoal especializado), sem, no entanto, contar com a aprovação do Congresso dos EUA. Essa ajuda viria a ser erradicada com a aprovação da Emenda Clark, em 1976. No mesmo período, a África do Sul começou a fornecer armas e a treinar soldados da

UNITA. Em setembro, o Zaire enviou dois batalhões para Angola, numa demonstração aberta de apoio à UNITA.

A tensão agravou-se quando, em resposta à intervenção sul-africana, o primeiro contingente de tropas cubanas chegou a Angola, em outubro de 1975, às vésperas da sua independência. A África do Sul, para preservar seus interesses sobre a Namíbia, interveio militarmente em Angola, a pedido da UNITA, em 23 de outubro, com a *Operação Savannah*. A aliança entre Portugal e a África do Sul tornava-se mais explícita: inicialmente política, ela passou a ter contornos econômicos, e, finalmente, militares:

... a África do Sul tornava-se, assim, a polícia da região. Presta auxílio às tropas portuguesas em Angola e Moçambique. Intervém na Rodésia e na Namíbia. Faz saber que a sua fronteira norte 'começa ao norte do Zaire'. (JORGE, 1998, p. 103).

É interessante ressaltar que, se entre os colonizadores havia uma forte unidade, em especial devido ao contexto da Guerra Fria, entre os libertadores, a divisão era a marca definitiva, causada principalmente pela clivagem étnica, que compunha os diversos grupos, originada pelo apoio de cada etnia às diferentes facções. Esse fenômeno fundamenta-se em razões históricas, uma vez que a estrutura de localização da população de Angola (aliada à política colonial) favoreceu o desenvolvimento de rivalidade entre os grupos étnico-culturais. Isso se evidencia na própria divisão do país entre a elite "creolla", localizada na capital, mestiça, com o português como língua oficial, mais educada e apoiada pela etnia Mbundo; e a população interiorana, mais carente, sem educação, com origem nas etnias Ovimbundos e Bakongos. O contingente do interior sempre considerou a população da capital como apoiadora dos portugueses, representando um aspecto que influenciou o andamento da guerra civil, como se verá posteriormente.

A independência angolana

Num contexto marcado por impasses e rivalidades internas, e um vazio de poder face à incapacidade do novo governo português, em 11 de novembro, o MPLA declarou, unilateralmente, a independência da República Popular de Angola. Na ocasião, assumiu a presidência do país, o líder Agostinho Neto.

Contudo, essa independência não trouxe a paz para Angola; os três movimentos, constituídos com o fim de lutar pela libertação, passaram a combater entre si. O MPLA, de tendência marxista, e amparado militarmente pela União Soviética e Cuba, enfrentava a FNLA, que recebia apoio do Zaire, e a UNITA, com o suporte da África do Sul. O governo do MPLA passou, então, a enfrentar exclusivamente a UNITA (apoiada, então, pela África do Sul, China e EUA), já que a FNLA viria a se desintegrar em pouco tempo.

Sustentado por forças cubanas (armas e, aproximadamente, 20 mil soldados), o MPLA consolidou o poder, e derrotou, em 1976, o exército da África do Sul ao sul do território angolano. Contudo, a guerra civil prosseguiu.

Esse conflito deve ser interpretado por meio de quatro componentes complexos e interligados, destacados por Correia: a) a luta pela libertação; b) o conflito regional; c) o contexto da Guerra Fria; e d) o próprio conflito interangolano. Mesmo que, com a independência, o primeiro componente tenha sumido, o cenário que se seguiu veio acentuar os demais itens. Esse autor, ainda, afirma:

O certo é que, depois do Alvor, a posição de Angola como palco do conflito regional se acentuou, passando a contar com a intervenção direta de forças armadas regulares dos países vizinhos no interior de Angola. A República do Zaire e a República da África do Sul foram os protagonistas desta escalada, mantendo-se os alinhamentos e as alianças do período da guerra colonial. (CORREIA, 1996, p. 32).

Enquanto a República do Zaire apoiava a FNLA, a República da África do Sul, no intuito de garantir a sobrevivência do regime do *apartheid*, dava apoio à UNITA, com vistas a obter, em Angola um vizinho cooperador (embora de maioria negra). Entre os anos de 1981 e 1987, o exército sul-africano invadiu inúmeras vezes o sul do território angolano, por intermédio da *Operação Protea*; ele chegou a manter, em caráter permanente, um contingente de ocupação naquela região.

No que tange ao contexto internacional, as duas superpotências optaram por não se envolver de forma demasiado visível; dessa forma, constituíram delegações e representações regionais, o que fez com que a lógica da Guerra Fria se confundisse com o conflito regional e a própria situação civil angolana. A URSS continuou a dar sustentação ao MPLA e suporte à grande parte do esforço cubano; enquanto isso, os EUA, não obstante a Emenda Clark, apoiavam, exclusivamente, a UNITA. Todavia, esse apoio deixou de ser velado somente depois da revogação dessa Emenda, em 1985, pela Câmara dos Representantes daquele país. Em 1986, Jonas Savimbi viajou aos EUA, quando foi recebido pelo Presidente Ronald Reagan; este, em dezembro de 1987, ofereceu-lhe um montante aproximado de US\$15 milhões por ano, para o movimento por ele liderado.

A situação interna de crise começou a ter contornos mais intensos nos anos 1980, quando passou a afetar as atividades políticas, administrativas, econômicas e sociais de Angola, dando origem a um crescente número de vítimas, bem como sérios danos à infra-estrutura do país. A transição conflituosa refletiu-se em uma nação sem participação política. Agostinho Neto fez uma série de reorganizações administrativas no seu Governo, com o intuito de centralizar o poder. Além disso, ele objetivou, também, interromper o suporte externo que era dado à UNITA, por meio de relações com países ocidentais, os quais passaram a se interessar pela exploração do petróleo angolano, principalmente no território de Cabinda. Em setembro de 1979, o Presidente angolano morreu em Moscou; em seu lugar, assumiu José Eduardo dos Santos, um moderado com visão pragmática.

Ao limitar Angola ao papel de exportadora de matéria-prima, e ao excluir a maioria do povo angolano dos benefícios ocasionados pelo crescimento, os colonizadores concretizaram uma situação que viria a ser

onerosa ao país, nos anos pós-independência, e acentuada pelo prosseguimento da guerra civil.

A transição problemática desaguou em uma nação dilacerada, com a infra-estrutura destruída; tudo isso bloqueou a participação política efetiva da população. No campo econômico, já na independência, Angola estava em decomposição: os colonos portugueses e os angolanos de origem portuguesa abandonaram o território, o que deu espaço a uma espécie de caos agrícola, marcado pelo êxodo rural e pelo abandono forçado das terras durante a guerra civil.

A década de 1970 assinalou uma queda na produção agrícola, e a conseqüente crise no setor de alimentos. O prolongamento da guerra civil instalou a ineficácia do setor público, o qual se aliou ao bloqueio da iniciativa privada nacional; esta, sem condições de financiar o desenvolvimento econômico angolano, barrou' o processo de crescimento do país.

A política externa brasileira para a África (1953/1975)

O Brasil, por meio do projeto nacional-desenvolvimentista, buscou a sua industrialização, e tentou assegurar certa influência regional no decorrer dos anos 1950. Já no segundo mandato de Getúlio Vargas (1951/1954), houve um aprofundamento contínuo das particularidades da política externa brasileira: ela partiu do nacional-desenvolvimento, passou pelo desenvolvimento associado de Juscelino Kubitschek, e atingiu a sua forma superior com a Política Externa Independente (PEI).

Como não poderia deixar de ser, também o marco do redirecionamento da política externa brasileira para a África desenhou-se durante o segundo Governo de Getúlio Vargas, quando foi assinado o Tratado de Amizade e Consulta com Portugal, em 1953. Esse Tratado ligou, politicamente, os dois países, no cenário internacional; a partir daí, foi-se caracterizando a ambigüidade da política brasileira frente à questão das colônias portuguesas na África. Se, por um lado, havia um compromisso político (atrelado à defesa do colonialismo) entre Brasil e Portugal, por outro, tornou-se cada vez mais evidente o interesse brasileiro em estabelecer o contato com as colônias portuguesas na África (futuros países independentes).

A política externa do Governo Juscelino Kubitschek (1956/1960) foi marcada pelo nacionalismo associado ao capital estrangeiro; nesse contexto, o lançamento da Operação Pan-Americana (OPA) representou uma forma de barganha com os Estados Unidos.

Durante o Governo Jânio Quadros (1961), ocorreu a primeira estratégia típica da política brasileira direcionada ao continente africano: Jânio promoveu a aproximação com a África mediante a criação do Departamento de África no Itamaraty. Nessa sintonia, foram instaladas as primeiras embaixadas brasileiras em Acra (Gana), Nairóbi (Quênia), Dakar (Senegal) e Lagos (Nigéria). Em um artigo de periódico especializado, o próprio Presidente já indicava:

Com relação à África, podemos afirmar que, hoje, esse reconhecimento representa uma nova dimensão da política brasileira. Estamos ligados ao mundo africano por nossas raízes étnicas e culturais, além de *coincidir-mos* no desejo de tornar possível *assumirmos* uma posição independente no mundo atual. (QUADROS, 1978, p. 73).

Com o objetivo de estudar a realidade e a cultura africanas, bem como os seus reflexos na sociedade brasileira, Jânio criou, em 14 de abril de 1961, o Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos (IBEAA). No mês anterior, o Itamaraty criara o Grupo de Trabalho para a África, o qual deveria apresentar "... conclusões sobre missões diplomáticas nos novos Estados africanos e propor medidas econômicas, comerciais e culturais". (RELATÓRIO, 1983, p. 183).

Com essa diretriz, o Governo brasileiro desenvolveu uma política que buscava manter uma relativa autonomia face aos Estados Unidos, além de aproximar-se do Leste Europeu, da Ásia e da África. A *Política Externa Independente* pretendia inserir o país nas teses terceiro-mundistas, uma vez que, de fato, o Brasil fazia parte do Terceiro Mundo. Esse artifício atingiu o auge com a política dos "3 Ds" (desarmamento, desenvolvimento e descolonização), lançada pelo Embaixador João Augusto de Araújo Castro, na XVII Assembléia das Nações Unidas:

... [a política dos 3 Ds] permitiu um aprofundamento global [em] nível do sistema internacional, na perspectiva da emergência de um mundo multipolar, em que o Brasil poderia fazer parte de um novo centro, aumentando suas responsabilidades internacionais [...] no campo do desenvolvimento, o Brasil tomou posições claras e extremamente coerentes que o aproximaram da África, da Ásia e reforçaram a aproximação no plano sul-americano. O Brasil tende a apresentar-se como uma potência média no cenário internacional, reflexo de seu desenvolvimento e do desejo de ter uma posição internacional mais nítida. (MOURÃO; OLIVEIRA, 2000, p. 315).

Sob esse ângulo, a *PEI* pode ser entendida como parte da estratégia da política externa brasileira de questionar o *status quo* mundial, na tentativa de negociar uma nova forma de inserção internacional. A política externa passou a ser o instrumento indispensável para a realização dos projetos nacionais, uma vez que o desenvolvimento industrial do país era o elemento justificador dela.

O multilateralismo representava uma das direções indicadas pela *PEI*; com a tese anticolonialista em alta nas Nações Unidas, o Brasil votou favoravelmente aos textos contrários ao colonialismo. No entanto, no que se referia aos interesses de Portugal, absteve-se de votar devido ao Tratado de 1953, (já citado); isso fez vir à tona a primeira dificuldade da postura anticolonialista brasileira.

De acordo com Saraiva (1996 p. 151-153), as diretrizes anticoloniais presentes na *Política Externa Independente* começaram a se chocar com as "obrigações internacionais" do Brasil com Portugal, principalmente no âmbito

das Nações Unidas. Jânio Quadros pautava a atuação externa brasileira por duas direções distintas: de um lado, com tons fortemente anticolonialistas, e de outro, com os compromissos internacionais estabelecidos com Portugal, que levavam o Brasil a se abster nas votações que diziam respeito ao assunto nas Nações Unidas. Essa ambigüidade da política brasileira para Angola viria a se reverter somente em 1975.

O Governo de João Goulart (1961/1964), cujo Chanceler foi San Tiago Dantas, buscou aprofundar a *Política Externa Independente*, ao incrementar o corpo teórico da política externa, para colocá-la em prática. Vizentini afirma que:

... a Política Externa Independente constituiu um projeto coerente, articulado e sistemático, visando transformar a atuação internacional do Brasil. Até então, a diplomacia brasileira havia sido basicamente o reflexo da posição que o país ocupava no cenário mundial. [...] devido ao processo de industrialização brasileiro e à progressiva alteração do contexto internacional, sobretudo a partir da passagem das décadas de 1950 e 1960, a política externa brasileira procurou tornar-se um instrumento indispensável para a realização de projetos nacionais. (2003, p. 29).

No entanto, tendo em vista o contexto interno de crise, a *PEI*, gradativamente, foi sendo interrompida, até perder a sua efetividade. Em 1964, o movimento militar brasileiro imprimiu uma noção diferente do nacionalismo até então vigente no país. Ao mesmo tempo, o projeto desenvolvimentista sobreviveu, de forma a fomentar uma potência média industrializada. Com isso, a atuação externa do país direcionou-se para uma postura de interdependência, e, em certa forma, para a busca de uma autonomia internacional. Vizentini (Idem, p. 39) argumenta que uma das orientações do regime militar era a de "... construir uma potência média industrializada", e o que de positivo "... pode ser creditado à política externa foi obra do Itamaraty, que manteve larga margem de ação".

O Governo do Marechal Humberto Castelo Branco (1964/1967) baseou-se na "revolução redentora", fundamentada na "... ordem e paz social, [...] combate à corrupção e retomada do crescimento por meio do estímulo ao capitalismo privado" (VIZENTINI, Ibidem, p. 40). A reaproximação com os Estados Unidos fez com que a política externa brasileira perdesse a perspectiva multipolar, em favor da bipolar, que se atrelava à Doutrina de Segurança Nacional. Houve um recuo expressivo na dimensão anticolonialista brasileira, com o retrocesso do apoio ao colonialismo português.

Castelo Branco chegou, inclusive, a afirmar que "... qualquer política realista de descolonização não pode desconhecer nem o problema específico de Portugal, nem os perigos de um desengajamento prematuro do Ocidente" (1964, s/p). Seu primeiro Chanceler foi Vasco Leitão da Cunha; porém, somente durante o mandato do Chanceler que o substituiu, Juracy Magalhães, é que foram empreendidas duas missões de promoção comercial junto à África, no ano de 1966.

Com o Governo do General Arthur da Costa e Silva (1967/1969), a política externa teve o retorno à sua pauta, do tema *desenvolvimento*, e da retomada das relações com a África. A *Diplomacia da Prosperidade* do Chanceler Magalhães Pinto incrementou as relações com o Terceiro Mundo, numa perspectiva de relacionamento Sul-Sul, em particular, com o continente africano. Durante o período de atuação desse Chanceler, foram inauguradas duas Embaixadas brasileiras: em Abidjan (Costa do Marfim) e Kinshasa (Zaire).

Em 1968, foi instalada a Câmara de Comércio Brasil-África e, numa reorganização interna do Itamaraty, ocorrida em 1969, foi instituído um Secretariado Geral Adjunto para Assuntos da África e Oriente Próximo, subdividido em África e Oriente Próximo. Foram, ainda, enviadas missões a Angola, Moçambique e África do Sul. Ao mesmo tempo, as relações privilegiadas com Portugal continuavam a caracterizar a ambigüidade da política externa brasileira em relação às colônias portuguesas, especialmente Angola.

De acordo com Saraiva (1996, p. 125), o período compreendido entre 1967 e 1979 foi dos “anos dourados” da política externa brasileira para a África. Isso pode ser constatado pela nova tentativa brasileira de inserção internacional, possibilitada pelo desenvolvimento econômico e pela política externa específica do regime militar, a qual viabilizou o projeto nacional-desenvolvimentista, e ampliou a visão geoestratégica sobre o Oceano Atlântico. Como conseqüência, ficou evidenciado o crescente interesse brasileiro pelo continente africano como um mercado consumidor (face às independências dos países africanos), como realmente veio a ocorrer nos governos posteriores, a seguir analisados.

A política externa do Governo General Emílio Garrastazu Médici (1969/1974) apresentou uma mudança qualitativa em direção à África, marcada por novos parceiros comerciais, como resultado das relações diretas com aquele continente. A *Diplomacia do Interesse Nacional* do Chanceler Mário Gibson Barboza propunha um projeto diplomático de longo prazo, visando a uma nova forma de inserção internacional, mediante o alargamento das relações com o continente africano. Foram assinados 30 Tratados Comerciais com países africanos, em um número superior aos que haviam sido acordados durante o Governo Geisel (22).

O intercâmbio comercial com a África do Sul foi mantido, apesar de o Brasil não concordar com a política do *apartheid*. As relações com Portugal continuaram a ser privilegiadas, não obstante, na XXVI Assembléia Geral das Nações Unidas, em novembro de 1972, o Brasil ter votado favoravelmente pela adoção da Resolução que considerava autênticos os movimentos de libertação de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau.

De 25 de outubro a 22 de novembro de 1972, o Chanceler Gibson Barboza, acompanhado de uma comitiva ministerial, visitou nove países africanos: Costa do Marfim, Gana, Nigéria, Gabão, Camerum, Dahomey, Togo, Zaire e Senegal. O petróleo era o primeiro responsável pela atração que a África exercia sobre o Brasil, devido às necessidades energéticas brasileiras.

Com a crise de 1973, o petróleo tornou-se uma arma política. Com uma dependência de, aproximadamente, 80% do petróleo importado, o Brasil reorientou, geograficamente, as exportações e importações, o que deu origem a novas parcerias com Angola, Nigéria, Gabão, Congo e Zaire. No mesmo ano, outra missão comercial brasileira visitou alguns países africanos, dentre os quais Angola.

O ano de 1975 como marco da política africana do Brasil

Com o Governo do General Ernesto Geisel (1974/1979), concretizou-se uma nova era na política brasileira para a África. O *Pragmatismo Responsável e Ecumênico* do Chanceler Antônio Azeredo da Silveira priorizou o continente africano, bem como os países árabes e do campo socialista. A queda de Marcelo Caetano em Portugal, em 1974, favoreceu a volta do tom anticolonialista na política externa brasileira, a mesma que, nos anos seguintes, levou à inflexão do país para a África. Nos foros multilaterais, o Brasil manteve posição de apoio ao fim do colonialismo e ao combate do racismo. Tal postura teve como consequência o estabelecimento de uma Representação Especial em Luanda, sob o comando do Embaixador Ovídio de Melo. Dessa forma, instalada em 22 de março de 1975,

... as percepções do Itamaraty terminaram dominando [*em relação às querelas internas no governo brasileiro quanto à questão angolana*]. As pressões arábico-africanas, associadas ao empenho dos diplomatas brasileiros, terminaram inclinando o processo decisório a favor da aproximação brasileira com Angola, antes mesmo da Revolução dos Cravos e da guinada portuguesa na questão colonial. Médici chegou a reunir Gibson Barboza e Delfim Netto para resolver as diferenças internas e ameaçou de demissão se persistisse a querela em torno do tema africano. A decisão pelo caminho próprio brasileiro em Angola já estava tomada. O próprio governo Médici começaria a desenvolver uma política de convencimento junto a Portugal para que se mudasse *sua* percepção sobre o caso de Angola. (PASSARINHO apud SARAIVA, 1996, p. 173).

Foi nesse contexto que as relações entre o Brasil e Angola se estabeleceram *ad factum*; em 11 de novembro de 1975, o país foi o primeiro país a reconhecer a independência da República Popular de Angola, sob o governo do MPLA. Como forma de cooperar com os jovens países, o Brasil buscava “... ampliar sua influência diplomático-econômica na África e equilibrar politicamente a presença cubana no Atlântico sul”. (VIZENTINI, 2003, p. 94).

Esse reconhecimento de Angola deve ser interpretado como parte da estratégia brasileira no sentido de se colocar como país-ponte entre os interesses do Primeiro e do Terceiro Mundo, e, assim, segundo Dombe, “... assegurando assim, através das brechas surgidas na economia mundial, um espaço próprio para a reprodução do seu capital” (1997, p. 69). Para Melo, o conflito angolano, que iniciara como uma luta interna financiada pelo exterior, e continuara como “... pura [...] invasão estrangeira disfarçada [*agora*] transformava-se [...] em mais um episódio da Guerra Fria. As pressões

internacionais e internas sobre o Itamaraty certamente aumentariam”. (MELO, 2000, p. 381).

A política brasileira no tocante ao reconhecimento dessa independência garantiu uma inserção privilegiada do país em Angola, onde se estabeleceu como interlocutor ocidental junto ao Governo do MPLA. Santana indica que esse reconhecimento também

... operou como um sinal para os Estados Unidos no jogo de força que vinculava essa questão ao projeto nuclear brasileiro, ao desenvolvimento da indústria bélica e à própria busca de autonomia energética via construção de hidroelétricas. Procurava o Brasil desenvolver certos níveis de autonomia nas relações internacionais, e para tal era necessário sinais diplomáticos desse esforço. A questão angolana garantiu grande visibilidade à diplomacia brasileira e resultou numa relação privilegiada entre o Brasil e Angola, parceria que permanece nos dias atuais, com o petróleo sendo o elemento vetor desse comércio. (SANTANA, 2003, p. 159)

Do ponto de vista angolano, o reconhecimento brasileiro denotava o encontro de um parceiro capaz de oferecer perspectivas de cooperação econômica na difícil situação em que se encontrava aquele país. Angola vislumbrava, no Brasil, um contato de futuro, que, além das identidades cultural e histórica comuns, abria possibilidades para uma relação de cooperação nas áreas nas quais o país mais carecia, tal como na extração do petróleo e na cooperação técnica.

No contexto regional, o reconhecimento logrou o estabelecimento das relações com Moçambique e uma clara mudança de atitude dos recém Estados independentes africanos em relação ao Brasil, pois conforme Da Silva, “Em princípio, o governo brasileiro alcançou seu objetivo de reverter desvantagem que o Brasil herdara no continente em razão de sua política hesitante, pendular, e não raro francamente pró-colonial, ao aliar-se com Portugal”. (DA SILVA, 2008, pág. 187).

Em Decreto publicado em 31 de dezembro de 1975, transformou a Representação Especial em Embaixada Brasileira em Luanda, Desse modo, com a independência, a Representação Especial brasileira em Luanda cujo primeiro chefe foi o Embaixador Rodolpho Godoy de Souza Dantas, já que Ovídio Melo havia sido chamado a serviço a Brasília, pois “necessitava de cuidados médicos urgentes”, conforme comunicado do Itamaraty de 07 de janeiro de 1976.

O Embaixador Godoy de Souza Dantas foi saudado pelo Presidente Neto, em maio de 1976. quando afirmou a esperança de que “... um desenvolvimento real e plurifacético entre os povos brasileiro e angolano se verifique num futuro breve”. (NETO, 1976, p. 98).

Intensificação das relações bilaterais (1975/ 1990)

Como reflexo de toda essa conjuntura, em abril de 1976, o Ministério das Relações Exteriores organizou a primeira missão comercial brasileira para Angola. Esta foi comandada pelo Chefe do Departamento de Promoção Comercial (Embaixador Paulo Tarso Flexa de Lima), e integrada, ainda, dentre outros, pelo Vice-Presidente da Petrobrás Comércio Internacional S/A, e pelo Subgerente de Operações Financeiras da Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil S/A. Um dos resultados dessa missão foi a criação de uma linha de crédito brasileiro para Angola, no valor de US\$50 milhões, além do estabelecimento das negociações para a futura parceria Petrobrás–Sonangol, como se verá adiante. Em julho de 1977, foi celebrado o Convênio MRE-SEPLAN, relativo ao programa de Cooperação Técnica Brasil-África, o qual abrangia Angola.

No Governo do General João Baptista Figueiredo (1979/1985), houve um incremento do intercâmbio econômico entre os dois países, com a assinatura de Acordos de Cooperação Técnica (1980), e a instalação da Comissão Mista Brasil-Angola. O *Universalismo* do Chanceler Ramiro Saraiva Guerreiro se pautava pelo esforço da manutenção da autonomia brasileira num cenário internacional desfavorável, sem deixar de transparecer traços do anterior *Pragmatismo Responsável e Ecumênico*. A convergência do Brasil com os países do Terceiro Mundo, nos foros internacionais, aproximou-o do Movimento dos Países Não-Alinhados.

A política externa do Governo Figueiredo foi se estabelecendo dentro de uma *matriz* de conduta (SENNES, 2003, pág. 21), iniciada, desde o Governo Geisel, a partir de: a) uma noção própria de *potência intermediária*, pois o país havia alcançado um considerável peso, em termos políticos e econômicos, no sistema internacional, aliado à sua posição geográfica estratégica no Atlântico Sul; b) o alinhamento com o Terceiro Mundo, comprovado com o posicionamento favorável nas Nações Unidas, frente ao anticolonialismo; c) as denúncias de neoprotecionismo e o endividamento externo; além do d) ativismo político nas alianças e coalizões que buscavam reforçar a presença brasileira em organismos multilaterais, tais como o G-77, o Pacto Amazônico e o Grupo de Cartagena. Essa postura brasileira tentava concretizar as relações Sul-Sul, além da obtenção das vantagens comerciais negociadas na UNCTAD e no GATT.

No que concerne à África, buscou-se manter a cooperação permanentemente, apesar das crises econômicas que atingiram o Brasil e o continente africano. Figueiredo foi o primeiro Presidente brasileiro a visitar a África, em novembro de 1983. Quanto à Angola, o apoio político e a tentativa de aprofundar a cooperação econômica reverteram em bons resultados para ambos os países. Segundo Mourão e Oliveira:

... do ponto de vista político, as relações com África durante o período Figueiredo foram aprofundadas dentro da linha de aproximação encetada no governo Geisel. São testemunho disso as posições brasileiras sobre as questões africanas e internacionais de interesse comum (marcadas pela proximidade com aquelas tomadas na OUA) ... (MOURÃO; OLIVEIRA, 2000, p. 328).

Em junho de 1980, o Chanceler Saraiva Guerreiro realizou visita a cinco países africanos, inclusive Angola. No comunicado conjunto Brasil-Angola, de 11 de junho de 1980, resultante desse encontro, a delegação brasileira pronunciou-se condenando

... energicamente os inadmissíveis atos de agressão do regime sul-africano contra a soberania e integridade territorial da República Popular de Angola e repudiou os massacres praticados contra a população civil, bem como a deliberada destruição de centros econômicos com o objetivo de desestabilizar o país. (SARAIVA GUERREIRO, 1980, p. 113).

Outro resultado dessa viagem foi o Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica, assinado em Luanda, (11 de junho de 1980); este virá a se configurar na base das relações bilaterais diretas, pois a grande maioria dos Acordos que foram estabelecidos a partir dessa data, valeu-se de Ajustes a esse primeiro Acordo. Exemplos disso são o Ajuste Complementar, datado de 14 de abril de 1983, e o Protocolo Adicional, na área de Comércio, que foi assinado em 20 de outubro de 1983.

O interesse angolano nas relações com o Brasil também restou evidenciado. Em outubro de 1979, esteve, em visita oficial ao Brasil, o Governador do Banco de Angola, José Victor de Carvalho, para participar de reuniões que visavam ao incremento das relações econômicas entre os dois países. Em fevereiro de 1982, o chanceler angolano, Paulo T. Jorge, realizou visita oficial ao Brasil, quando reafirmou a cooperação que havia sido estabelecida em 1980. Conforme destacou Saraiva Guerreiro (1982a, p. 82), as relações entre os dois países significavam muito mais do que “... a simples expressão harmoniosa de interesses, mais do que laço de identidade histórica, lingüística e cultural. [...] [essas *relações*] resultam de comum adesão aos princípios da boa convivência internacional, respeito à autodeterminação e à soberania das nações, não-intervenção nos assuntos internos, anseio pela afirmação plena e independência autêntica dos povos”.

A Comissão Mista Brasil-Angola, que havia sido criada pelo Acordo de Cooperação de 1980, realizou a sua primeira reunião em Brasília, em 7 de julho de 1982. Nessa ocasião, o Chanceler Saraiva Guerreiro, em seu discurso, afirmou que “...a base sólida para a concretização de interesses mútuos” entre Brasil e Angola já estava criada, e, agora, seria preciso “...ampliá-la e fazê-la abranger novos campos [...] novos instrumentos de aproximação [...] Essa será, sem dúvida, a principal tarefa da Comissão Mista”. (SARAIVA GUERREIRO, 1982b, p. 29).

A partir de 1979, o acordo entre a Sonangol (Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola) e a Petrobrás (especificamente com a Braspetro, braço internacional dessa estatal brasileira) oficializou a exportação angolana de petróleo ao Brasil, e a prospecção de jazidas angolanas, pela Braspetro. Inicialmente, a empresa brasileira direcionou sua atenção ao Bloco de Prospecção nº. 2, em parceria com a Sonangol, a Chevron-Texaco e a TotalFinaElf., no qual detinha 17,5% de participação inicial. Entre 1984 e 1987, a Braspetro realizou investimentos no Bloco 4, e posteriormente, no Bloco 34.

Nesse mesmo direcionamento de intercâmbio, com o objetivo de facilitar as relações comerciais entre os dois países, foram introduzidos os contratos de *countertrade*, ou seja, foi firmada a troca de petróleo angolano por mercadorias ou serviços brasileiros. Santana, ao citar Fonseca, argumenta que

... a grande motivação político-econômica que permite justificar as operações de *countertrade* é exatamente uma função de utilizar a capacidade ociosa que existe no país em desenvolvimento. E dois motivos básicos justificam a operação: 1) para o *countertrade* se justificar é necessário que existam dois parceiros com escassez de divisas para pagar em moeda não forte. 2) Existir bens e serviços excedentes e que encontram demanda potencial no outro... (FONSECA apud SANTANA, 2003, p. 169).

O exemplo mais nítido dessa iniciativa foi a instalação da Construtora Norberto Odebrecht em Luanda, em 1984, para a execução das obras de engenharia da Hidrelétrica de Capanda, a maior da África. De acordo com o Diretor da Base de Angola da Odebrecht Internacional, Luciano do Rego Filho, a oportunidade da empresa brasileira em firmar negócios naquele país surgiu mediante "...contatos [realizados] com representantes da então União Soviética", pois "... os soviéticos poderiam financiar os equipamentos de geração, em prazo adequado e a taxas de juros mais baixas". Ainda citando Rego Filho:

Do ponto de vista da estratégia geopolítica, o Itamaraty nos estimulou [a Construtora Norberto Odebrecht S.A] sem rodeios, porque via ali um reforço aos países da linha de frente da África Austral, em sua luta contra o regime do *Apartheid*. [...] Valorizamos o fato de que o nosso parceiro soviético era um aliado militar de Angola. Por outro lado, a construção de uma obra do porte de Capanda era uma demonstração ao mundo de que o País não era refém da guerra, podendo realizar, juntamente com o esforço bélico, infra-estruturas básicas para o desenvolvimento.(REGO FILHO, 1993, p. 19-20).

O custo dessas obras de construção, previsto, em princípio, em cerca de US\$650 milhões, seria parcialmente pago por petróleo angolano, numa remessa inicial de 10 mil bpd (barris por dia). Merece destaque, também, a própria instalação de um voo quinzenal da empresa brasileira VARIG, entre Rio de Janeiro-Luanda, o qual foi um marco na aproximação entre os dois países.

Com o fim do regime militar e a ascensão da Nova República, em 1985, a política externa brasileira do Governo José Sarney (cujo primeiro Chanceler foi Olavo Setúbal e, a partir de 1986, Roberto de Abreu Sodrê) manteve os direcionamentos praticados no governo anterior; ao mesmo tempo, buscou efetuar rupturas distintas e pontuais, na direção de um desenvolvimento econômico condizente com as necessidades internas, além de uma projeção regional e internacional que sintonizasse com as possibilidades do país. Pereira afirma que a principal linha de força sob a qual atuou a diplomacia, durante o Governo Sarney, foi "... o incremento da agenda multilateral". (2003, p. 31).

Na segunda metade da década de 1980, apesar da crise econômica que afetou o Brasil e Angola, como também os demais países do Terceiro Mundo em geral, as relações entre os dois países continuaram a ser intensas. Em junho de 1986, foi criada uma linha de crédito brasileiro para Angola, mediante o contrato, no valor de US\$ 150 milhões, para a venda de caminhões militares fabricados no Brasil. Em julho de 1988, o governo brasileiro concedeu novo crédito para aquele país, desta vez, no valor de US\$ 235 milhões. O SEBRAE enviou uma missão para o país africano, em fins de 1988, com o objetivo de promover um treinamento de técnicos de empresas ligadas aos Ministérios angolanos das Comunicações, dos Transportes e da Indústria.

A visita do Presidente José Sarney a Angola, entre 26 e 28 de janeiro de 1989 veio comprovar a relevância dessa cooperação. Foram assinados, nessa oportunidade, com o Presidente José Eduardo dos Santos quatro Acordos Complementares ao de Cooperação de 1980, ao quais abrangiam as áreas da agricultura, transporte marítimo, cinematografia e, também, construção (durante a realização da IV Sessão da Comissão Mista Brasil-Angola). O petróleo, no decorrer dos anos 1980, passou a ser a base do intercâmbio comercial brasileiro-angolano. Pereira, no estudo que empreendeu sobre a política externa do Governo Sarney, afirma que

As relações entre o Brasil e a África, contudo, representaram sob o ponto de vista econômico e diplomático, um importante engajamento no projeto de cooperação entre os países do Sul. Entretanto, o caráter tardio da emancipação de seus Estados em relação às demais ex-colônias ocidentais, os efeitos das guerras locais e da 'década perdida' da economia africana, além da interferência das grandes potências na região, não possibilitaram a obtenção dos resultados projetados anteriormente. (PEREIRA, 2003, p. 71).

Em junho de 1986, na Câmara dos Deputados, em Brasília, ocorreu o Seminário "Relações Brasil-África", no qual o Chanceler Sodré já indicava o intento de se criar uma área, no Atlântico Sul, "... livre de tensões e derivada de interesses alheios aos dos países em desenvolvimento em ambas as margens, assim como [o objetivo de] assegurar que esse oceano sirva apenas aos propósitos da cooperação pacífica". (SODRÉ, 1986, p. 121).

Como é possível perceber, um dos principais objetivos do Governo Sarney referia-se ao estabelecimento de uma Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul. Em 27 de outubro de 1986, o Brasil votou a favor da Resolução da AGNU nº. 41/11, que tratava, justamente, da criação dessa Zona, a qual representava um primeiro direcionamento alusivo a uma área de paz e de proteção mútua dos países banhados pelo Atlântico Sul, na busca expressa de um aprofundamento nas relações Sul-Sul.

No que se refere, exclusivamente, às relações econômicas do Brasil com o continente africano, e, em especial, com Angola, constata-se que, com a sua progressiva diversificação, o parque industrial brasileiro expandiu-se rumo ao mercado mundial, inclusive o africano.

Nesse sentido, e levando-se em conta que a década de 1980 foi um período de crise econômica mundial, o Brasil, pela necessidade de manter as relações com o continente africano, grande fornecedor de insumos para a indústria brasileira, passou a encará-lo como potencial mercado consumidor, e não somente como mero competidor. Mourão e Oliveira afirmam que a política externa brasileira procurou "... em todos os níveis, redefinir a sua inserção pela diversificação de seus parceiros [...] [e assim] se pode enquadrar o relacionamento do Brasil com a África numa conjugação recíproca de interesses". (2000, p. 333).

É com esse enfoque que as relações entre o Brasil e Angola, durante a década de 1980, tiveram o ponto alto do intercâmbio comercial. Se, no ano de 1980, a participação das exportações brasileiras para Angola era de 9% (num total de 42,4% das exportações para o continente africano), por sua vez, em 1987, a participação angolana subiu para 19,5% (num total de 51,2% de exportações para a África). Já as importações brasileiras de Angola, que em 1980 representavam 9,8% (do total de 24,9% para o continente africano), em 1987, equivaliam a 18,7% (do total de 76,6% das importações africanas do Brasil) (dados obtidos na CACEX/Banco do Brasil e no Sistema Aliceweb/Ministério da Indústria, Desenvolvimento e Comércio do Brasil).

Em 1987, as relações comerciais Brasil-Angola conheceram um importante incremento, quando as importações de petróleo angolano pelo Brasil elevaram-se para um patamar de 20mil bpd. Além disso, as relações diplomáticas foram intensificadas, cujo ponto significativo foi a inauguração do Centro Cultural e de Amizade Agostinho Neto, em São Paulo. Dombé aponta que, de uma forma geral,

... analisando as relações econômicas Angola-Brasil durante o governo Sarney, pode-se afirmar que este foi o período mais intenso das relações. Angola apresentou, em termos individuais, o melhor desempenho nas relações afro-brasileiras, se considerarmos em conta que, no mesmo período, as relações comerciais do Brasil com o resto dos países do continente decaíram. (1997, p. 97).

Em função dessa conjuntura interna e internacional, a década de 1980 deve ser entendida como intensificação das relações entre Brasília e Luanda, especificamente no nível econômico, a partir das relações comerciais calcadas pelo *countertrade*.

Considerações finais

Períodos marcados, ora por uma aproximação mais intensa, ora por uma diminuição de contato fazem parte da dinâmica das relações entre Brasil e

Angola. Como todas as relações entre Estados, as relações aqui retratadas caracterizam-se por um conjunto de interesses díspares, prioridades e posicionamentos. São esses aspectos que vão determinar, junto com a situação política interna, o grau de aproximação e cooperação, que vai prevalecer entre os dois países.

Brasil e Angola estão, historicamente, ligados, desde quando integravam o império português, no século XVI, no qual tinham diferentes funções no processo de exploração e colonização. A língua e a cultura comuns aproximaram os dois países, e se constituíram na base para o posterior e efetivo estabelecimento das relações.

O fato de o Brasil ter sido o primeiro país a reconhecer, em 1975, a independência da República Popular de Angola, sob o Governo do MPLA, concretizou e assinalou o marco do estabelecimento dessas relações e da própria política africana do Brasil. A instalação de uma Representação Especial em Luanda, antes mesmo da independência daquele país, retrata o interesse brasileiro no país africano. As instruções do Itamaraty para Ovídio Melo, Representante Especial em Angola, direcionavam para o reconhecimento “[d]o Movimento que tivesse alcançado o poder em Luanda, independentemente de sua orientação ideológica” (DA SILVA, 2008, pág. 188), o que comprova o entendimento do governo brasileiro em direção à África.

Esse reconhecimento veio efetivar as relações bilaterais, que conheceram o auge – especialmente nos termos de intercâmbio comercial –, entre os anos de 1970 e 1990; progressivamente, o contato entre os dois países se ampliou, com um duplo ponto máximo: o contrato Petrobrás-Sonangol, em 1979, e a assinatura do Acordo de Cooperação de 1980.

Pelo lado brasileiro, essas relações com Angola explicam-se pela nova e progressiva forma de inserção internacional, com o aprofundamento das relações Sul-Sul, durante o Governo Sarney. Assim, o Brasil manteve sua política inserida na *matriz* citada por Sennes, na qual a moderação teria sido o elemento central da atuação externa, que se baseou na busca por maiores autonomia e espaço de manobra internacional, sem, no entanto, em nenhum momento, propor a quebra da ordem internacional vigente.

No final dos anos 1980, o agravamento da crise interna e a posterior ascensão do Governo Collor de Melo, desaguaram em uma reorientação dessa matriz, por intermédio de novos condicionantes internos, que repercutiram nos direcionamentos da política externa brasileira, os quais serão tratados no próximo capítulo desta dissertação.

Sob o ponto de vista de Angola, as relações com o Brasil devem ser inseridas dentro do período pós-independência, quando aquele país buscava o reconhecimento internacional na busca pelo reconhecimento internacional e conseqüente estabelecimento de relações com os países que se pudessem se tornar substanciais para o futuro angolano. Tudo isso representaria uma tentativa de prosseguir a consolidação efetiva do Estado angolano, ao mesmo tempo em que se aprofundava a guerra civil.



Revista África e Africanidades - Ano 3 - n. 10, agosto, 2010 - ISSN 1983-2354
www.africaeaficanidades.com.br

A política africana do Brasil nascia nesse fato, a partir da percepção do Itamaraty e do próprio governo do Presidente Geisel de que a política externa deveria se uma política de Estado e não de governo, onde interesse nacional e percepção externa de médio e longo prazos se entrelaçaram aos antecedentes histórico-culturais, do outro lado do Oceano Atlântico.

Referências

ACORDO de Cooperação Econômica, Científica e Técnica, em Luanda, em 11 de junho de 1980. **Resenha de Política Exterior do Brasil**. Brasília, nº. 25, p.120. abr./jun. 1980.

ACORDO de Alvor, Alvor/Algarve, 15 de janeiro de 1975. In CORREIA, P. de P. **Angola: de Alvor e Lusaka**. Lisboa: Hugin Ed. Ltda., 1996. p. 271-280.

ALMEIDA, Paulo R. de. **Relações Internacionais e Política Externa do Brasil**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/ UFRGS, 1998.

BARBOSA, Rubens A. O Brasil e suas opções internacionais: a articulação entre o universal e o regional. **Política Externa**, São Paulo, Vol. 3, nº. 3, p. 101-116, 1994.

BRUCAN, Silviu. **La disolución del poder**: sociología de las relaciones internacionales y políticas. Ciudad de México: Siglo Veintiuno Editores, SA, 1974.

CASTELLO BRANCO, Humberto de A. **A Diplomacia da Revolução Brasileira**. Brasília: MRE, 1964. s/p.

CASTRO, João A. de A. O congelamento do poder mundial. In AMADO, R. (Org.) **Araújo Castro**. Brasília: Ed. UnB, 1982.

CAVALCANTI, Carlos Alberto de M. **O processo de democratização em Angola e Moçambique**: um estudo comparativo. Dissertação de Mestrado do PPG em Relações Internacionais/UnB. Brasília: 2002.

CERVO, Amado L. e BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. Brasília: Ed. da UnB, 2002.

COMUNICADO conjunto Brasil-Angola, de 11 de junho de 1980. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, Brasília, nº. 25, p. 113, abr./jun. 1980.

CORREIA, Pedro de P. **Angola: de Alvor e Lusaka**. Lisboa: Hugin Ed. Ltda., 1996.

COSTA E SILVA, Alberto da Costa e. **O Vício da África e outros vícios**. Lisboa: João Sá da Costa, 1989.

_____. Sem a África, o Brasil não existiria: entrevista. **Revista de História**, Rio de Janeiro, Ano 1, nº1, p. 52-57, 2005.

CURTO, José C. Vinho verso Cachaça – A luta luso-brasileira pelo comércio do álcool e de escravos em Luanda, c. 1648-1703. In PANTOJA, Selma. e SARAIVA, José Flávio S. (Org.) **Angola e Brasil nas Rotas do Atlântico Sul**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999. p. 69-97.

DA SILVA, Marica Maro. **A independência de Angola**. Brasília: FUNAG, 2008.

DOMBE, Alfredo. **Relações Angola-Brasil (1975-1990):** a dimensão econômica no projeto de reconhecimento da independência de Angola. Dissertação de Mestrado Instituto de Relações Internacionais/ PUC-RJ, 1997.

GAMA, Jaime. Discurso do Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Senhor Jaime Gama, em visita oficial a Cabo Verde, no ano de 1983. Disponível em: <http://www.cplp.org> Acesso em: 10 maio 2005.

GARCIA, Eugênio V. **Cronologia das relações internacionais do Brasil**. São Paulo: Alfa-Ômega/Brasília: FUNAG-MRE, 2000.

GUIMARÃES, Samuel P. **Quinhentos anos de periferia**. Porto Alegre: Ed. UFRGS/ Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

HALLIDAY, Fred. **Repensando as Relações Internacionais**. Porto Alegre: Ed. da Universidade, 1999.

HIRST, Mônica e PINHEIRO, Letícia. A política externa brasileira em dois tempos. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Rio de Janeiro, Vol. 38, nº. 1, p. 5-23.1995.

JORGE, Manuel. **Para compreender Angola:** da política à economia. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

LAFER, Celso. **O Brasil e crise mundial**. São Paulo: Perspectiva: 1984.

MALAQUIAS, A. Política Externa Angolana depois da guerra civil: como envolver o Ocidente? **O Mundo em Português**. Lisboa, s/nº, p. 5, out. 2002. Disponível em: <http://www.ieei.pt> Acesso em: 05 out. 2003.

MARTINS, Lucianne Guedes da Luz. **Relações político-diplomáticas entre Brasil e Angola (1808/1840)**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2002.

MELO, Ovídio de A. O reconhecimento de Angola pelo Brasil em 1975. In GUILHON ALBUQUERQUE, J. A. (Org.). **Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990)**. Vol. 3. São Paulo: Annablume/ NUPRI-USP, 2000. p.345-391.

MENEZES, Solival. **Mamma Angola:** sociedade e economia de um país nascente. São Paulo: FAPESP, 2000.

MOURÃO, Fernando A. A. Zona de Paz e Cooperação no Atlântico Sul. **Política e Estratégia**. São Paulo, Vol. 6, nº. 1, p. 49-60, jan./mar. 1988.

_____, e OLIVEIRA, H.A. de. Política africana no Brasil. In GUILHON ALBUQUERQUE, J. A. (Org.). **Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990)**. Vol. 3. São Paulo: Annablume/ NUPRI-USP, 2000. p.309-343.

NETO, Agostinho. Discurso do Presidente angolano, Agostinho Neto, ao receber, em 25 de maio de 1976, em Luanda, as credenciais do primeiro Embaixador brasileiro na República Popular de Angola Rodolpho Godoy de Souza Dantas. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, Brasília, Ano III, nº. IX p.98, 1976.

OLIVEIRA E SILVA, F. R. de. Memorando sobre a situação político-militar de Angola e as relações entre Brasil e Angola. In PUNGS, R. **As relações entre Brasil e Angola**. Brasília: CEE – Documento de Trabalho nº. 7, 1993. p. 5-6.

PANTOJA, Selma e SARAIVA, José Flávio S. (Org.). **Angola e Brasil nas Rotas do Atlântico Sul**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

PATRÍCIO, José. **Angola-EUA: os caminhos do bom senso**. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

PEREIRA, Analúcia D. **A política externa do governo Sarney: a Nova República diante do reordenamento internacional (1985-1990)**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003.

PIMENTEL, João Vicente S. Relações entre o Brasil e a África subsaariana. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Rio de Janeiro, Vol. 43, nº1, p. 5-23, 2000.

PUNGS, Reiner. **As relações entre Brasil e Angola**. Brasília: CEE – Documento de Trabalho nº. 7, 1993.

QUADROS, Jânio. A nova política externa brasileira. **Relações Internacionais**. Brasília, Vol. I, nº. 3, p. 73-77, 1978.

REGO FILHO, Luis do. A decisão de trabalhar em Angola. In PUNGS, R. **As relações entre Brasil e Angola**. Brasília: CEE – Documento de Trabalho nº. 7, 1993. p. 19-20.

RELATÓRIO do Ministério das Relações Exteriores/1961. In CASTRO, F. M.de O. **História da organização do Ministério das Relações Exteriores**. Brasília: Ed. da UnB, 1983, p.1983.

RELATÓRIO assinado pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores e dirigido ao Secretário-Geral das Nações Unidas, no qual se expressam os pontos de vista do Governo brasileiro acerca da situação do Atlântico Sul e a implementação da Declaração sobre a Zona de Paz e cooperação do Atlântico Sul, em conformidade com o parágrafo 6, da Resolução 41/11, da XLI Sessão da Assembléia-Geral da ONU. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, Brasília, nº. 54, p. 49, jul./set. 1987.

RIBEIRO, Luis Dario T. e VIZENTINI, Paulo G. F. A nova desordem internacional: **Cultura Vozes**, Rio de Janeiro, vol. 88, nº. 5, s/p, set./out .1992.

SANTANA, Ivo de. O despertar empresarial brasileiro para o mercado africano nas décadas de 70 a 90. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, vol. 25, nº. 1, p. 139-195, 2003.

SARAIVA, José Flávio S. **O lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira**. Brasília: Ed. UNB, 1996.

_____. (Org.) **Relações Internacionais: Dois séculos de História – Entre a ordem bipolar e o policentrismo (de 1947 a nossos dias)**. Volume II. Brasília: IBRI, 2001.

_____. O Brasil e a África: encontros e encruzilhadas. **Revista Ciências & Letras: África Contemporânea: história, política e cultura**, Porto Alegre, nº. 21/22, p. 115-172, 1998.

SARAIVA GUERREIRO, R. Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, no Clube das Nações em Brasília, em 11 de fevereiro de 1982, por ocasião de almoço que lhe foi oferecido pelo Ministro das Relações Exteriores de Angola Paulo T. Jorge. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, Brasília, nº. 32, p. 82, jan./mar. 1982a.

_____. Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, no Palácio do Itamaraty em Brasília, em 7 de julho de 1982, por ocasião da abertura dos trabalhos da primeira reunião da Comissão Mista Brasil-Angola. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, Brasília, nº. 34, p. 29, jul./set. 1982b.

SARNEY, José. Discurso do Presidente José Sarney na cerimônia de abertura do Encontro de Chefes de Estado de Língua Oficial Portuguesa, em São Luís, em 1º de novembro de 1989. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, Brasília, nº. 63, p. 42, out./dez. 1989.

_____. Discurso do Senhor Presidente da República, José Sarney, na XL Sessão Ordinária da Assembléia Geral das Nações Unidas 1985. In **A Palavra do Brasil nas Nações Unidas, 1946-1995**. Brasília: FUNAG, 1995.

SENNESE, Ricardo. **As mudanças da política externa brasileira nos anos 80: uma potência média recém industrializada**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003.

SODRÉ, Roberto de A. Palestra do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Roberto de Abreu Sodré, na Câmara dos Deputados, em 24 de junho de 1986, por ocasião da abertura do Seminário sobre Relações Brasil-África. **Resenha de Política Exterior do Brasil**. Brasília, nº. 49, p. 120-125, abr./jun. 1986.

_____. Discurso do Senhor Ministro das Relações Exteriores, Roberto de Abreu Sodré, na XLI Sessão Ordinária da Assembléia Geral das Nações Unidas, 1986, em 22 de setembro de 1986. In **A Palavra do Brasil nas Nações Unidas**. Brasília: FUNAG, 1995. p.468.

VIZENTINI, Paulo G. F. **A política externa do regime militar brasileiro: multilateralização, desenvolvimento e a construção de uma potência média (1964/1985)**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/ UFRGS, 1998.

_____. **Relações Internacionais do Brasil: de Vargas a Lula**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2003.

_____. A África (in) dependente/ 1945-98: processos políticos, desenvolvimento e relações internacionais. **Revista Ciências & Letras: África Contemporânea: história, política e cultura**, Porto Alegre, nº. 21/22, p.73-112,1998.

_____. África: relações Internacionais e construção do Estado-nação. **Revista Ciências & Letras: O mundo Afro-asiático**. Porto Alegre, nº. 33, p. 89-118, 2003.